

Conceitos LGPD

Kamila Kaioana Aleixo Costa

LGPD

- Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).
- GDPR (General Data Protection Regulation)
- Lei do Marco Civil da Internet (Lei nº. 12.965/2014)

TIPO DE DADOS

- Dados pessoais Art. 5º I.
- Dados pessoais sensíveis Art. 5º II.
- Dado anonimizado Art. 5º III.

TRATAMENTO DADOS

- Conceito Art. 5º X.
- Responsáveis pelo tratamento: Controlador e Operador. Art. 5º IX.
- **DPO/Encarregado**
- **Titular**
- Finalidade

● **Dos Requisitos para o Tratamento de Dados Pessoais**

Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

I - mediante o fornecimento de **consentimento pelo titular**;

II - **para o cumprimento de obrigação legal** ou regulatória pelo controlador;

III - **pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas** previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei;

IV - **para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais**;

V - quando necessário **para a execução de contrato** ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;

VI - **para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral**, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem) ;

VII - **para a proteção da vida** ou da incolumidade física **do titular ou de terceiro**;

VIII - **para a tutela da saúde**, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, **exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais**; ou

X - **para a proteção do crédito**, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente

● Do Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis

Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - quando o titular ou seu responsável legal **consentir, de forma específica e destacada**, para finalidades específicas;

II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:

- a) **cumprimento de obrigação legal** ou regulatória pelo controlador;
- b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, **pela administração pública, de políticas públicas** previstas em leis ou regulamentos;
- c) **realização de estudos por órgão de pesquisa**, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;
- d) **exercício regular de direitos**, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);
- e) **proteção da vida** ou da incolumidade **física do titular ou de terceiro**;
- f) **tutela da saúde**, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; ou (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência
- g) **garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular**, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

Seção III

Do Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e de Adolescentes

Art. 14. O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, nos termos deste artigo e da legislação pertinente.

§ 1º O tratamento de dados pessoais de crianças **deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.**

§ 2º No tratamento de dados de que trata o § 1º deste artigo, os controladores **deverão manter pública a informação sobre os tipos de dados coletados**, a forma de sua utilização e os procedimentos para o exercício dos direitos a que se refere o art. 18 desta Lei.

§ 3º Poderão ser coletados dados pessoais de crianças sem o consentimento a que se refere o § 1º deste artigo **quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, utilizados uma única vez e sem armazenamento, ou para sua proteção, e em nenhum caso poderão ser repassados a terceiro sem o consentimento de que trata o § 1º deste artigo.**

§ 4º **Os controladores não deverão condicionar a participação dos titulares de que trata o § 1º deste artigo em jogos, aplicações de internet ou outras atividades ao fornecimento de informações pessoais além das estritamente necessárias à atividade.**

§ 5º O controlador deve realizar todos os esforços razoáveis para **verificar que o consentimento a que se refere o § 1º deste artigo foi dado pelo responsável pela criança**, consideradas as tecnologias disponíveis.

SANÇÕES

- FISCALIZA O CUMPRIMENTO DA LEI: Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- **Das Sanções Administrativas**

Art. 52. Os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas nesta Lei, ficam sujeitos às seguintes sanções administrativas aplicáveis pela autoridade nacional:

I - advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;

II - multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração;

III - multa diária, observado o limite total a que se refere o inciso II;

IV - publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência;

V - bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;

VI - eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração;

X - suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)

XI - suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)

XII - proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)

APLICAÇÃO

Se a empresa for sediada no exterior, também tem de se adequar à Lei?

Caso a empresa ofereça bens ou serviços para pessoas localizadas no Brasil e, portanto, coletar dados de usuários, a LGPD também se aplica e com isso a empresa deve se adequar. E se os dados tratados dentro do território nacional, independentemente do meio aplicado, do país-sede do operador ou do país onde se localizam os dados.

- **NÃO SE APLICA:**

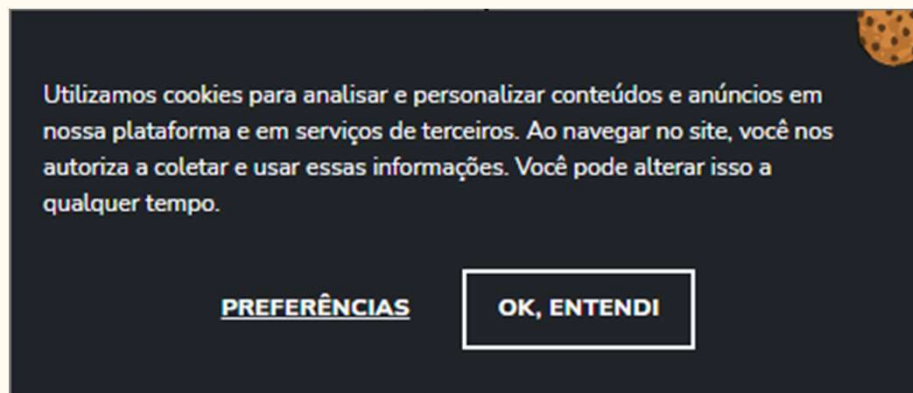
Artigo 4 da Lei nº 13.709/2018

OUTROS CONCEITOS

- **Consentimento**
- **Anonimização**
- **Banco de Dados**
- **Eliminação de dados**
- **bloqueio:**
- **transferência internacional de dados:**

COOKIES

- Conceito
- Exemplo de aviso sobre cookies



CONSIDERAÇÕES